



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em dois de Agosto de dois mil e treze, às 08h15, em segunda chamada, no CIESP, Avenida Navarro de Andrade, s/nº - Vila Hortolândia – Jundiaí – S.P, com a participação de conselheiros e ouvintes, que assinaram o livro de presença de reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às folhas 8 verso e 9 frente. Justificou ausência os conselheiros: Elisangela Trindade (Titular), Maria Aparecida Ribeiro da Costa (Titular) e Marta Aparecida Hegedeus Baroni (Suplente). Cumprimentando a todos, a Sra. Presidente Claudia Tofoli Honório, declarou aberta a plenária com a leitura do item **1. Leitura Pauta. 2. Aprovação das Atas das Reuniões dos dias 05/07/2013 e 13/07/2013; 3. Deliberação: Sobre possível formação de Comissão de Sindicância; 4. Deliberação: Ações Estratégicas levantadas na Reunião Extraordinária do dia 13/07/2013; 5. Início das discussões acerca da Gestão do CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) e FMDCA (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente); 6. Inscrições e Informes Gerais.** A senhora presidente Claudia Tofoli Honório primeiramente pede desculpas pois, sabe que todos têm compromissos agendas a serem cumpridas, via de regra se programam para participar de duas reuniões mensais do CMDCA e, no entanto, mais uma vez são solicitados à uma extraordinária. Mas, em nossa próxima reunião ordinária, dia 09/08 receberemos os secretários de educação e cultura e, aguardamos resposta do Sr. José Carlos Pires de Carvalho, da secretaria municipal da casa civil, assim sendo não teremos tempo para de discutirmos alguns outros assuntos. **2. Aprovação das Atas das Reuniões dos dias 05/07/2013 e 13/07/2013** Aberto para votação para aprovação das atas, a conselheira Patrícia Ribeiro Pierassi (suplente) sugere complementação da ata da reunião do 05/07/2013 ao que se refere ao texto final da resolução votada naquela reunião. A conselheira Rose Meire Mendes de Almeida (titular) solicita a inclusão de justificativa da sua ausência na reunião do dia 13/07/2013. Feitas observações as referidas atas, reuniões: ordinária de /07/2013 e extraordinária de 13/07/2013, foram aprovadas por unanimidade. **4. Deliberação: Ações Estratégicas levantadas na Reunião Extraordinária do dia 13/07/2013; A**

conselheira Rose Meire Mendes de Almeida diz ter sentido falta de maior aprofundamento assuntos abordados, em relação às ações práticas do Planejamento Estratégico do CMDCA. A Sra. presidente lembra que a intenção, nesse primeiro momento, foi exatamente essa. Explica que neste primeiro momento foi pensado em ações em âmbito geral, o que podemos pensar a fim de enfrentarmos os desafios encontrados, em um segundo momento ai sim pensaremos conjuntamente em “o que fazer” e “quem fará”. Complementa que este detalhamento maior, de cada ação estratégica, possivelmente, ficará a cargo das comissões, que devem ser repensadas ao enfrentarmos o desafio que resta: Gestão do CMDCA. A conselheira Rose Meire Mendes de Almeida recomenda um prazo para essas ações, porque não é um assunto que se encerra assim rapidamente, a conselheira Mônica Flores Ardigo Moreira sente que as reuniões extraordinárias nem sempre aparecem muitos conselheiros, falta quórum em algumas delas e acabamos tendo a sensação de estarmos patinando em cima dos assuntos, acredita que se fosse nas ordinárias daria mais quórum. A conselheira Rose Meire Mendes de Almeida expõe sua opinião diante do assunto dizendo que, muitas pessoas membros do conselho vêm para as reuniões, mas não discutem os assuntos expostos e que precisam representar e repensar sobre seu papel diante desse conselho. A Sra. presidente diz que precisamos de conselheiros ativos. O conselheiro Aparecido Luciani comenta que precisamos de pessoas representativas dentro do CMDCA, independente do segmento a que ela pertença, mas sua postura, intenção diante do conselho. A conselheira Simone de Andrade Plicher diz que essa é uma das questões que pode ser discutida dentro as ações do planejamento estratégico do CMDCA. A Sra. presidente Claudia Tofoli Honório aproveita para dizer que o CMDCA precisa de um primeiro secretário, as meninas da secretaria executiva fazem o possível para elaborar as atas, mas precisamos de um conselheiro para fazê-las, em seguida começa a apresentação em slides das ações estratégicas levantadas na ultima reunião extraordinária do dia 13/07/2013 (em anexo). Procuramos deixar bem enxuto os textos, nos preocupamos para que as ações contempladas não fujam à função do CMDCA. A conselheira Rose Meire Mendes de Almeida faz uma observação do eixo sobre Acolhimento Institucional no item ação estratégica 8 (AE8) propondo a alteração do verbo “propor” para “requerer”. Após algumas considerações, como a importância de mantermos um bom relacionamento com o Poder Público, resolve-se manter o verbo propor e que o CMDCA por sua vez deverá monitorar o

acontecimento destes estudos propostos, seja eles executados pela Administração Pública, seja por empresa contratada, a conselheira Rose Meire Mendes de Almeida ainda coloca que é necessário apontar dados em relação à Família Acolhedora, pois não temos números ou dados de como está esse trabalho dentro da Semads. O conselheiro Denilson Ricardo André diz que Jundiaí é uma cidade que tem muito acolhimento institucional, precisamos estudar melhor esse assunto. A conselheira tutelar Kelly Cristina Galbieri salienta que essa grande quantidade de acolhimento institucional são de casos antigos, pois, atualmente são poucos, os acolhimentos institucionais, no município de Jundiaí. A conselheira Maria Aparecida da Silva coloca que lugar de criança é na família, mas qual é esta família? O CMDCA tem que cutucar o judiciário, pois há casos de mulheres que se internam utilizando documentos de outra mulher. Casos de mães dependentes químicas. Hoje, os acolhidos na instituição Casa de Nazaré tem uma situação triste, ficamos sem ter o que fazer, estamos lidando com essas situações, mas não temos muito o que fazer, é bonito dizer lugar de criança é na família, mas fica um empurra-empurra. A conselheira tutelar Kelly Cristina Galbieri coloca que é preciso criar ações que acompanhem desde a gestação, pois o tempo vai passando e a criança acaba crescendo e quando ela passa pelo CRAS ou CREAS já é tarde demais, é o momento de pensarmos em arrumar um lugar para essas crianças e adolescentes. A conselheira Maria Aparecida da Silva diz que precisamos cutucar o ministério público porque hoje ele não se compromete, e com isso o juizado da vara da infância e juventude não pode agir, os bebês crescem e a dificuldade para adoção fica visível, infelizmente a realidade de hoje, na casa de Nazaré, é de apenas um bebê para adoção. A conselheira Simone de Andrade Pligher comenta que realmente o processo de adoção é demorado, e com isso as crianças acabam ficando na instituição, acolhida e a dificuldade em encontrar uma família que queira adotá-las é cada vez mais maior. O conselheiro Denilson Ricardo André questiona com base em que o ministério público está se baseando para os casos da criança e do adolescente aqui de Jundiaí, penso que as informações precisam ser sistematizadas, o conselheiro Aparecido Luciani comenta que hoje o poder público tem uma visão mais aberta e que o CMDCA ou qualquer outro conselho pode pedir informações que o judiciário fornecerá. A conselheira Creuza Aparecida Claudino lembra que quando foi iniciado o trabalho do sinal amarelo no ano de 2000, foi formada uma comissão para ter acesso aos processos relacionados aos adolescentes em conflito com a lei, cabe

a nós técnicos sugerir esse acesso para o juiz, talvez uma consultoria, eu enquanto formadora de opinião acredito muito na disseminação de informações, falar sobre sexualidade, gravidez na adolescência, existem questões que precisam ser discutidas, por isso a importância das pesquisas. A Sra. presidente diz se lembrar que na última conferência do CMDCA, 2011, as ações levantadas ficaram apenas no papel, portanto devemos nos empenhar para que essas ações estratégicas saiam do papel, seria de grande valor. O conselheiro Alexandre Moreno Sandri fica na dúvida se propomos ou requeremos ao ministério público estudos sobre a situação da criança e do adolescente. Acha que é difícil o mesmo buscar um estudo aprofundado sobre a criança e o adolescente aqui no município. Sobre acolhimento institucional sabemos que a estrutura que temos hoje não os atende, muitos adolescentes são submetidos à internação psiquiátrica, por conta de falhas no acolhimento institucional. O conselheiro Denilson Ricardo André diz que quando fala em estudos, estes podem ser feitos de diversos modos, poderíamos manter essas propostas já começadas, e um próximo momento trazer essas questões já apontadas nessa reunião. A Sra. presidente então propõe manter o verbo propor no texto da ação estratégica 8 e, acrescentar o termo “conjuntamente” à frase, ela questiona aos senhores conselheiros se eles aprovam ou não, a votação foi unânime em relação às estratégias e pelo acréscimo do termo: Conjuntamente a ação estratégica nº 8 que a sra presidente colocou.

5. Início das discussões acerca da Gestão do CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) e FMDCA (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) A Sra. presidente esclarece que eram cinco eixos para serem discutidos na reunião extraordinária do dia 13/07/2013, mas com a ausência de muitos conselheiros não conseguimos discutir o último eixo: Gestão e Estrutura do CMDCA e FMDCA. Em razão disso proponho uma reunião extraordinária, aberto para plenária fica decidido que a reunião ordinária do dia 23/07/2013 será para discutir o início das ações do planejamento estratégico sobre a Gestão do CMDCA e FMDCA e que no dia 30/07/2013 terá a necessidade de uma reunião extraordinária para conclusão deste item e assim finalizar as discussões acerca dos desafios por esta gestão assumidos, de acordo com diagnóstico elaborado.

3. Deliberação: Sobre possível formação de Comissão de Sindicância

A Sra. presidente comenta que infelizmente tem um assunto delicado para expor ao CMDCA, chegaram até a mesa diretora duas denúncias, uma pela ouvidoria (156) e outra pessoalmente, relacionadas ao atendimento inadequado nos conselhos

tutelares, por isso gostaríamos de formar uma comissão de sindicância, averiguar e apurar os fatos ocorridos, a ouvinte Solange Satiê Hamada Giotto, comenta que fica na dúvida do verdadeiro papel do conselho em relação a esse assunto, sem o amparo da lei, sem uma regulamentação de fato, a plenária coloca que acha importante que esta comissão tenha poder para deliberar sem ter que retornar e expor novamente o assunto. A conselheira Simone de Andrade Pligher informa que a mesa discutiu o assunto e como em nossa legislação, em seu artigo 40 consta que: “O conselheiro tutelar, a qualquer tempo, terá seu mandato suspenso ou cassado se”: elenca as condições em seus incisos e no parágrafo único: “A perda do mandato será decretada pelo poder executivo após processo regularmente promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante provocação do Ministério Público ou de qualquer interessado, assegurada a ampla defesa, nos termos do regimento interno.” (g.n) Entendeu a mesa que o CMDCA deve iniciar o processo (sindicância) apurar os fatos, instruir e remeter a Secretaria de Negócios Jurídicos para análise final, pois se cabe ao poder executivo o ato de suspender ou cassar quem pode/deve promover o processo administrativo disciplinar é a SMNJ. Podendo o conselho tão somente opinar pelo arquivamento da sindicância ou seguimento e instauração do PAD. Informa a Sra. Presidente que o vice-presidente Denilson André se deu por suspeito, portanto não fará parte da comissão, ressaltando que o fez por conhecer as partes envolvidas e não se sente confortável, capaz da plena imparcialidade que o trabalho exige. A Conselheira Tutelar Kelly Galbieri coloca que em seu entender qualquer conselheiro do CMDCA pode ser suspeito, pois em um momento ou outro também trabalha com o conselho tutelar, ou seja, conhece a parte que será “investigada”. Ao que responde a Sra. Presidente, que discorda, pois se sente plenamente capaz de apurar os fatos, ouvir as partes e remeter a conclusão a SMNJ. A conselheira Simone de Andrade Pligher também se coloca a disposição para atuar na comissão, salienta que embora seja um trabalho que não gosta de fazer, tem experiência, já participou de outras sindicâncias, e não vê problema algum em relação a imparcialidade, até porque o que fará a comissão será ouvir as partes e relatar fatos. Levada a discussão a frente, decidiu-se por unanimidade, que a comissão fará a oitiva das partes, juntará os documentos que se fizer necessários, enfim buscará apurar o que ocorreu e não trará para plenária a discussão, mas sim encaminhará relatório final à SMNJ para que esta se manifeste pelo prosseguimento dos atos, ou seja, instauração de PAD ou pelo arquivamento. Após alguns debates

formou-se a Comissão de Sindicância que restou composta por três conselheiros titulares: Claudia Tofoli Honório, Maria Aparecida da Silva e Simone de Andrade Plicher, passando ao último item da pauta. **6. Inscrições e Informes Gerais:** No dia 23 de agosto às 8h30 na Cúria Diocesana, acontecerá o “O encontro do Fórum Cáritas do Terceiro Setor”. As inscrições para a “Palestra Conselho Tutelar na Medida Certa” foram prorrogadas até o dia 06 de agosto, quem ainda não efetuou sua inscrição não percam! A Prefeitura Municipal de Jundiá convida todos para abertura da 2ª Semana Regional do Bebê que será realizada no dia 05 de agosto às 8h30 no auditório Elis Regina – Complexo Argos, a conselheira tutelar Kelly Cristina Galbieri comenta que o conselho tutelar fará uma palestra no bairro do Varjão no período da manhã. Nada havendo mais a tratar, a Senhora presidente declarou encerrada a presente reunião convidando a todos para a próxima que será realizada no Auditório do CIESP em 09 de agosto de 2013. Eu, Nínive de Paula Bueno, secretária “ad hoc” _____ lavrei a presente ata, que, depois de aprovada pela Assembléia, segue para assinatura do presidente.

Claudia Tofoli Honório
Presidente CMDCA - Jundiá

